

GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: PARA QUAL CAMPO, PARA QUAL EDUCAÇÃO DO CAMPO?

Vitor de Moraes-UNICENTRO PR/ UNESP SP

e-mail: vitordemoraespr@yahoo.com.br

EIXO 6: Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação).

Resumo: A construção deste texto tem a pretensão de apresentar ao conjunto de educadores, educadoras, educandos, educandas, gestores da educação que se interessam pelo tema ou militam nos movimentos sociais, sindicatos, sujeitos que instigam a um movimento docente na perspectiva de uma educação de que fato contribua para a classe trabalhadora camponesa. Não se trata de dividir a classe trabalhadora, com a possibilidade de cair numa armadilha da pós-modernidade da fragmentação das lutas sociais e educacionais, mas de mostrar uma realidade do campo brasileiro que vem sendo historicamente massacrado, silenciado, ou usado de forma exploratória. Conforme o momento histórico por parte dos colonizadores, dos latifúndios de velho tipo e recentemente apropriado pelo modelo do agronegócio e pelo estrangeirização da terra. Também é de bom tom já mencionar que para que possamos compreender melhor a educação do Campo, precisamos também dialogar sobre que Campo é o campo da Educação do Campo, e que concepção cabe nesse campo.

Palavras-Chave: Gestão – Campo - Educação do Campo.

O debate da gestão da educação do campo se faz necessário, para que não caiamos na mediocridade de pensar que educação do campo é qualquer coisa pensada para os sujeitos do campo. Outro elemento desse debate é como a elite historicamente foi criando um estereótipo do camponês, pobre, atrasado e sem perspectiva de emancipação social e que está fadado ao desaparecimento, portanto não tendo camponês no campo não há necessidade da existência de escolas no campo, muito menos com uma concepção de campo. A não existência de políticas de Educação do Campo ampliou as desigualdades campo cidade, e isso causa um estranhamento no trabalhador que não sabe mais quem ele é, aliena-o do processo de humanização e emancipação, transforma-o em objeto e consumidor.

A realidade que vivenciamos coloca homens e natureza como produto e consumo, toda a natureza passa a ser matéria prima, controlada por grandes grupos financeiros e avalizada por instituições internacionais, que os protegem com acordos e financeiramente em nome do desenvolvimento, da acumulação das riquezas, concentração das terras, expropriação das terras dos camponeses e destruição da natureza. Nessa realidade surge a educação do campo, com inúmeros projetos, programas e conquistas, é salutar pensar que no mundo

globalizado e capitalista qualquer ação de contraposição gera uma reação de amortização das lutas ou diminui ou precariza as conquistas, como afirma Caldart:

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda. (CALDART. 2005, p. 19).

Didaticamente vamos nos embrenhar no mundo da educação do campo buscando compreender de forma mais explícita conceitos que expressam qual o Campo e Qual Educação do Campo estamos falando. Isso coloca elementos para o currículo escolar, como o modo de vida, a relação com a terra, a natureza e como sujeito histórico e de transformação o camponês, apesar de o ser colocado pela elite dominante em segundo plano, como mero objeto do processo, ser sem história, analfabeto, sem cultura. Renasce um camponês como sujeito da história, sujeito político que compreende os processos macros que interferem na sua realidade local, algumas perguntas sempre vêm à tona, quando estamos falando da Educação do Campo. Será mais uma moda da pós-modernidade? Porque não Educação, educação unitária ou educação Rural? Segundo Sapelli:

Quando a nomeamos como **educação rural** é por estarmos relacionando-a com o projeto latifundista empresarial de campo, numa visão reprodutivista, projeto este que exclui os que não se incluem na lógica da produtividade. Nesta perspectiva o campo é pensado como espaço de produção (SAPELLI, 2008, p. 8).

Nesse sentido é importante fazer essa distinção para que possamos entender qual o campo da educação do campo, ora se a lógica sempre foi excludente, da reprodução de um campo atrasado, sem tecnologia, concentrador, e apenas de produção de matérias primas isso se amplia na atualidade com as monoculturas do agronegócio na produção de commodities. Colado a educação Rural está um campo rural pensado pelo modelo hegemônico dominante chamado de capitalista, são as oligarquias locais a serviço do capital internacional e do modelo internacional globalizado. Essa lógica da colonização, dominação, expropriação e

agora com o capitalismo globalizado gera em cadeia um processo contrario a humanização e emancipação da classe trabalhadora no campo. Segundo Horácio Martins de Carvalho:

“A ideologia dominante durante toda a história do Brasil, desde a sua fase colonial até o momento atual sob a hegemonia do pensamento único neoliberal, é de que a grande propriedade da terra é a forma mais eficiente para responder aos desafios de um modelo de desenvolvimento rural que satisfaça às expectativas dos interesses econômicos nacionais e estrangeiros dominantes”. (CARVALHO, 2005, p. 371).

Em que medida seria possível nesse modelo da colonização apropriação e agora capitalista inserir no campo uma Escola do Campo que pense a partir dos sujeitos do campo? O pouco que se teve de Políticas para o campo, foram algumas “escolinhas” para preparar o camponês para conhecimentos básicos e ir para trabalhar na cidade, na revolução Industrial tardia no Brasil. Segundo ANHAIA:

A educação rural concebe o campo com uma visão reprodutivista, em que se busca apenas a produção de mercadorias para atender o mercado. Há somente uma preocupação com a produção econômica para atender aos interesses do capital. Exclui desta forma, as relações sociais existente no interior do campo e seus desdobramentos. Assim temos uma educação rural que é pensada para atender as necessidades do mercado de trabalho, tendo como referência o espaço urbano e suas relações (ANAHIA, 2008.p.17).

Nunca houve na história um projeto de escolas para o campo, de educação para o campo que de fato fosse pensado pelos sujeitos do campo, para o desenvolvimento do campo, para a qualidade de vida no campo e para a emancipação humana e política dos camponeses. Nesse sentido caracteriza-se a educação rural como política compensatória, ao sujeito atrasado e pela falta de uma política pública de educação para a classe trabalhadora do campo no Brasil. Como aponta as diretrizes da Educação do Campo no Estado do Paraná (PARANÁ, 2006,P.25):

Essa lógica faz parte de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista, baseado na concentração de renda, na migração do trabalhador rural para as cidades, atuando como mão-de-obra barata, na grande propriedade e na agricultura para a exportação que compreende o Brasil apenas como mercado emergente, predominantemente urbano e que prioriza a cidade em detrimento do campo. (PARANÁ, 2006, P.25).

Vale à pena salientar que são muitos os elementos educativos das “antigas escolinhas”, do campo que podemos e devemos resignificar e, trazer para a educação do campo como a relação da escola com as famílias, escolas menores, com menos alunos era possível educador (a), conhecer a realidade de cada educando (a), da família, da comunidade e vincular valores dessas relações no processo educativo. Em relação ao conceito da “Educação do campo de novo tipo”, é um processo histórico sendo construído a partir das práticas dos movimentos sociais na produção da existência humana, surge nas práticas dos educadores que fazem a leitura de que, o que reproduzimos nas escolas é uma educação capitalista alienante e geral, que serve apenas aos interesses do mercado. Como está nas diretrizes do PARANÁ:

A concepção de campo tem seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência a identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência.” (PARANÁ,2006.p.22).

Pensar Educação do Campo é contrapor ao modelos hegemônico dominante e globalizado e pensar um outro campo diferente do campo do capitalismo agrário. Segundo Caldart:

Trata-se de um conceito novo e em construção na última década. Portanto um conceito próprio do nosso tempo histórico e que somente pode ser compreendido/discutido no contexto de seu surgimento: a sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo. “... O conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Para nós o debate conceitual é importante à medida que nos ajuda a ter mais claro quais são os embates e quais os desafios práticos que temos pela frente.” (CALDART. 2008, p.12.).

Segundo Sapelli a Educação do campo vai para além da escola, é um projeto de desenvolvimento do campo, é espaço de vida de resistência e de identidade. Como afirma:

Quando a nomeamos como **educação do campo** é por estarmos relacionando-a com as lutas sociais coladas aos movimentos sociais, com vistas ao desenvolvimento do campo na perspectiva de inclusão dos trabalhadores. Nesta perspectiva o campo é concebido como espaço de vida e resistência dos camponeses que lutam para terem acesso e permanecerem na terra que é espaço de construção de identidade. Assim, a educação é pensada a partir da especificidade e do contexto do campo e de seus sujeitos. Neste projeto as políticas educacionais são vistas como políticas para formação humana. (Sapelli, 2008 p.3).

Segundo Caldart (2009), “A materialidade de origem (ou de raiz) da Educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: Campo - Política Pública - Educação. É uma relação, na maioria das vezes tensa, entre estes termos que constitui a novidade histórica do fenômeno que batizamos de Educação do Campo.” Caldart (2009) afirma que a Educação do Campo trata de uma especificidade que se assume como especificidade: na discussão de país, de política pública, de educação o movimento da Educação do Campo se constitui de momentos que são distintos, mas simultâneos e que se complementam na configuração do seu conceito, do que ele é, está sendo e poderá ser. Educação do Campo é antes de tudo um alargamento do conceito de educação, é para além da educação, quando apresenta as denúncias, faz resistência e luta. Parafraseando Caldart, A Educação do Campo é emancipatória, quando a denúncia não é vazia, mas se combina com práticas e propostas concretas do que fazer, do como fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola, o currículo, o projeto pedagógico dentre outras ações. A Educação do Campo é um projeto camponês de superação e utopia, projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social, emancipação humana e política. Na Educação do Campo o debate do campo precede o da educação. O debate de campo é fundamental para compreender e agir sobre a realidade, principalmente, realidade social e educacional. A Educação do Campo tem dado centralidade/peso à luta pela democratização do acesso ao conhecimento, reconhecendo sua importância estratégica na formação de sujeitos capazes de construir novas alternativas populares para o desenvolvimento do campo num projeto popular. A Educação do Campo tem que conhecer trabalhar com as diversidades de sujeitos. Existe o outro e ele deve ser respeitado. Os sujeitos do campo são diversos e esta diversidade precisa ser incorporada em nossa reflexão político-pedagógica, contudo sem cair nas práticas liberais de fragmentação da classe trabalhadora camponesa que exclui o olhar e a prática da totalidade. Que as diferenças sejam elos pedagógicos e curriculares para ligar e articular os trabalhadores de forma solidária e coletiva na busca de emancipação e transformação social. Como descreve ANHAIA:

Pensar a educação a partir do campo, é considerar o conhecimento produzido no campo, as relações sociais ali existentes, a cultura que se constrói ao se produzir a existência no campo, como elementos fundamentais das demandas para as escolas dos camponeses e camponesas. Não podemos mais pensar a educação a partir da cidade fazendo as adequações necessárias aos povos do campo. É necessário construir a educação dos povos do campo no campo, precisamos considerar que o campo está vivo e que vai continuar existindo, é preciso construir a Educação do Campo.

(ANHAIA, 2008, P. 19).

Qual o campo da Educação do Campo? Segundo as diretrizes:

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o espaço da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é o espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é o lugar de vida e sobretudo de educação. (POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 2002, p. 92).

Segundo ANHAIA espaço de luta e de direito pela educação e para, além disso, produção de conhecimento:

Quando nos referirmos a campo, estaremos nos referindo a esse espaço, construído por diferentes sujeitos e que o sistema capitalista quer negar. É desse processo que nasce a luta por uma educação do campo, uma luta que busca renovar as relações, humanizando os sujeitos e buscando estabelecer uma relação íntima entre produção, conhecimento, desenvolvimento e vida. O campo adquire um sentido de território no momento em que procura demarcar seu espaço e lutar contra o agronegócio, e por consequência contra o modelo capitalista de organização da sociedade. (ANHAIA, 2008, P.48).

FERNANDES (2003, p. 141), deixa claro quando afirma:

Pensar o campo como território, significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadoria. (FERNANDES, 2003, p. 141)

Nessa perspectiva percebemos que o campo da Educação do campo, não pode em hipóteses alguma ser o campo do capitalismo agrário, pois não existem possibilidades da sobrevivência dos elementos cruciais do campo nesse modelo de desenvolvimento, bem como da existência da escola do campo nesse contexto.

Também percebemos que em meio a todas essas contradições o campesinato continua se reproduzindo e recriando e possibilitando a existência de escolas no campo: Para SILVA militante do MPA:

A mais de um século as teses sobre o fim do campesinato, sobre sua adaptação e sua permanência vêm sendo formuladas. O certo é que mesmo com as análises de economistas demonstrando a inviabilidade econômica da unidade de produção camponesa, o Campesinato permanece vivo e a cada ano ganhando mais visibilidade. Esta divergência entre a análise e a realidade se dá por conta de que analisam o campesinato e a unidade econômica camponesa na lógica capitalista e não na lógica camponesa (SILVA, 2011).

O campesinato sobrevive e ainda reafirma o modo de vida camponês como alternativa ao modo de produção capitalista e que, produz na sua essência relações não capitalistas, apesar de contraditoriamente o modelo hegemônico ser capitalista e buscar a todo tempo inserir o camponês neste modelo. Para CARVALHO:

O campesinato, mesmo que inserido no modelo capitalista não é capitalista: “O Campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhes são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista (CARVALHO, 2005).

Para SILVA “A lógica camponesa é buscar atender as necessidades da família, com base na circulação simples de mercadorias enquanto a lógica capitalista é na procura do lucro.” No entanto o capitalismo cria e recria possibilidades de subordinar os camponeses ao seu modelo como, por exemplo, o modelo da integração rural. O camponês produz e o mercado da circulação e comercialização de mercadorias se apropria da renda da terra, do lucro e subordina os camponeses ao papel de produtor rural. Essas questões trazidas ao debate são para apresentar as contradições impostas pelo modelo capitalista, às consequências que essas contradições provocam não só para os camponeses, mas para toda a população do planeta. Conhecer as características da sociedade, que possibilitou negações históricas aos camponeses é importante, porque desvela a ilusão estereotipada, apropriada na escola e pela mídia, que centra a culpa dos fracassos nos sujeitos camponeses. A classe dominante retira de si qualquer culpa, e a transfere aos camponeses. A herança colonial, alicerçada pela ideologia liberal capitalista rejeitou e rejeita ainda hoje, qualquer projeto emancipatório para a classe trabalhadora tanto camponesa como urbana. Essas contradições devem ser apresentadas para que não sermos ingênuos de acreditar que falar de educação do campo seja de fato educação

do campo. Qualquer política pública deve estar alicerçada nos princípios, no conceito de campo e de educação do campo já descrito acima. Que sejam políticas públicas coerentes com um projeto de qualidade de vida para os camponeses, e para isso políticas que articulem uma relação do homem com o homem e do homem com a natureza de forma que todos possam se respeitar e estar de forma solidária articulando para a reprodução da vida e da natureza.

Nesse sentido temos que compreender esse dois projetos estabelecidos. Um hegemônico do capitalismo agrário que serve de base e sustentação a manutenção das grandes corporações que produzem agrotóxicos, sementes, transgeniase, circulação de mercadorias e apropriação da terra e de todas formas de energias. Hoje esse processo engole os pequenos e grande agricultores, num processo de expropriação e espoliação do trabalhador camponês. O agronegócio atinge níveis jamais pensados agora na fase de estrangeirização das terras ou acaparamento das terras. Essa posse da terra, da água tem a intenção concreta de extrair da natureza lucros exorbitantes mesmo que custe a morte da flora, da fauna e o esgotamento pela extração de todos os minerais. Essa detonação geral do planeta pelo capitalismo atinge em cheio o camponês, seu modo de vida, sua cultura, seu mundo. Faz então pensar quais características nesse emaranhado de contradições a Educação do campo tem que ter em relação à construção de uma escola do campo comprometida com a classe camponesa?

Podemos apontar alguns elementos já citados, como essenciais na construção do projeto político e pedagógico da escola, na construção do currículo, da seleção de conteúdos, como: a cultura, a história silenciada, os modos de vida específicos do camponês, sua identidade, o camponês como sujeito da história, não submisso ou atrasado, escola como locus do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, local da construção de conhecimento, de sistematização dos conhecimentos acumulados pelos camponeses e esquecidos propositadamente pelas elites pensantes, escola em relação direta com a comunidade, articulada, como órgão vital desse conjunto chamado comunidade. Escola que permita a elevação da cultura do povo do campo, que desvele as contradições do mundo capitalista que estamos inseridos. Escola que pense tempos e espaços escolares de acordo com as especificidades dos sujeitos e da realidade do campo. Avaliação da escola que leve em conta o projeto de vida dos sujeitos da comunidade, não meramente para cumprir formalidades. Trazer a categoria trabalho como condição de articular a realidade, prática e teoria e nesse elemento articula a cultura e a identidade. Elementos que estão imbricados na reprodução humana, alienada ou emancipada. Perceber os elementos que contribuam na reprodução e emancipação dos camponeses e colocá-los no Projeto Político e pedagógico, no currículo e na seleção de conteúdos.

Outro ponto a ser debatido é a dicotomia campo cidade trabalhador camponês e urbano. A plasticidade do trabalho e o alargamento do trabalho no mundo capitalista faz com que repensemos nossos projetos de classe trabalhadora. O mesmo sujeito camponês que vai para a cidade, vai trabalhar na fábrica e com pouca escolaridade fica desempregado, na periferia, volta para o campo, passa a ser um acampado, depois assentado, produz leite para a Parmalat, depois bóia fria da cana, ao mesmo tempo é imigrante, e ao mesmo tempo passa a ser um serviçal temporário na colheita da maçã, e retorna ao assentamento. Quem é esse sujeito? Camponês? Urbano? Será um trabalhador, que busca sua sobrevivência, e passa a ser objeto do modelo capitalista para o repasse da força de seu trabalho de forma espoliada e alienada? A sociedade costuma ver como um vagabundo, que teve todas as oportunidades e não soube aproveitar. É essa formação da escola capitalista para que fique, trabalhador contra trabalhador. A escola é para formar camponês para o mercado de trabalho e ponto final. Afinal onde está esse mercado de trabalho, com tantos desempregados, e com crises permanentes nos países ricos e pobres? Onde está o progresso pela urbanização com tantos problemas sociais nas cidades? E as tecnologias? Para quem? A serviço de quem? Pensar a interdependência campo cidade é pensar a classe trabalhadora como um todo. Na perceptiva da educação do campo e da classe trabalhadora, compreende-la como afirma Frigotto:

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nos diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe (FRIGOTTO, 1995, p.25).

Compreender a educação enquanto formadora de sujeitos, educação não neutra sempre resultado da disputa pelo poder, no nosso entendimento sendo o estado constituído para ser a consolidação do poder hegemônico de uma classe sobre a outra, no caso a elite sobre os trabalhadores. E somente pensar na hegemonia da classe trabalhadora que permitirá a construção de um estado soberano pensando políticas pela classe e para a classe, na perspectiva da utopia da mudança de uma sociedade capitalista para uma sociedade humana, solidária e socialista. Pensar a educação do campo para além das escolas: como está nas diretrizes da educação do campo no PARANÁ:

[...] essa compreensão de campo vai além de uma definição jurídica. Configura um conceito político ao considerar as particularidades dos sujeitos, e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da educação do campo se articula a

um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem (PARANÀ, 2006, p.22).

O território camponês está decisivamente ligado as relações de poder, de um lado os camponeses e agricultores familiares de outro o latifúndio e o agronegócio em constante disputa:

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Configuram-se as formas e os seus conteúdos, os símbolos territoriais, como produção territorial, “que revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda” (RAFFESTIN, 1993, p.150).

Ao tomar a questão do território, não só material, mas imaterial, como espaço das relações de poder, ela perpassa pelo território das políticas públicas disputadas na arena chamada Estado. Sabemos que as decisões que influenciam e definem o território camponês, ocorre no território do Estado. Qualquer projeto de educação do campo que almeje avanços em relação ao desenvolvimento do campo na perspectiva da questão agrária e não do capitalismo agrário tem que pensar, educação do Campo como uma Política Pública nacional, uma política publica estadual e municipal. Deve ser pautada pelo conjunto de movimentos sociais e de toda sociedade civil para estar priorizada no plano nacional de educação, nos planos estaduais e nos planos municipais de educação. Passa essa fase tem que estar pautado no orçamento da união, dos estados e dos municípios, se não cai na mesmice dos governantes. Não há fundos, não tem como fazer. Nesse sentido entendemos e é de bom tom que avancemos nesse processo de pensar gestão. Sairmos um pouco da pauta política e necessária para entrar na seara da gestão como um todo. E para isso entendo que a articulação dos movimentos sociais com o poder legislativo federal, estaduais e municipais bem como os poderes executivos e judiciário é a saída para poder efetivar de fato políticas públicas de educação do campo nesse momento histórico.

Pensar Políticas publicas onde, a Educação do Campo compreenda a educação escolar do e no campo, como direito universal, considerando os níveis e modalidades de ensino, para todos os sujeitos do campo no local em que vivem e trabalham, promovendo a emancipação humana e social. Educação do Campo concebida para além da escola, pois está integrada a um projeto de vida social no campo construído por esses sujeitos que vivem na e da terra. Educação do Campo vinculada a uma concepção de desenvolvimento que considera a interdependência

campo-cidade, nos aspectos sociais, culturais, ambientais, econômicos, as tradições, os conhecimentos, as histórias e memórias dos povos do campo, pautada na garantia da vida, baseado nos princípios da sustentabilidade, da soberania alimentar e da agroecologia, num processo de luta e organização social. Educação do Campo que valoriza os saberes e as experiências dos camponeses no processo de escolarização da Educação Básica e Superior, respeitando a diversidade de manifestações políticas, econômicas, culturais e socioambientais, considerando seus históricos de luta pela garantia do território, suas identidades, sua divisão social do trabalho. Pensar a educação do campo reconhecendo o Comitê Estadual da Educação do Campo, os comitês municipais como prevê a legislação o parecer do conselho estadual de educação do Paraná e a articulação paranaense da educação do campo, para articular ações, propor estratégias, acompanhar, propor e avaliar orçamento público para as escolas do campo, realizar o controle da aplicação das legislações, apoiando e indicando, experiências de educação do campo. implantar as prerrogativas da legislação no que tange às especificidades das escolas do Campo, identificar e instituir no sistema Estadual a “Categoria Escola do Campo” na perspectiva da implantação das propostas pedagógicas, como por área do conhecimento, alternância, ciclos dentre outras. Estimular a criação de departamento nacional de Educação do campo, departamento Estadual da Educação do Campo, com estrutura física, equipamentos e recursos humanos de forma a atender às demandas das escolas localizadas no campo, bem como manter profissionais específicos nas secretarias municipais de educação para atender as escolas do campo municipais. Sempre entendendo que ao pensar estruturas de fomento de Políticas temos que pensar em orçamentos públicos aprovados pelos legislativos dos entes federados. Garantir Orçamento específico para as Escolas Estaduais localizadas no campo para manutenção da infra-estrutura, formação continuada, pedagógica e alojamento para as escolas que atendem e pretendem atender por alternâncias seja na educação básica ou superior. Criação de um “sistema campo” que inclua todos as crianças, os jovens, os adultos do campo.

Não dá para remediar, não dá para aceitar uma educação mercantiliza, que pode sim, vir, acompanhada do conceito “educação do campo”, porém na prática são estratégias para a implantação a efetivação das monoculturas do agronegócio exportador para a produção de commodities. Para entender melhor a realidade agrária analisamos os dois paradigmas do agrário. O Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário. O Paradigma da Questão Agrária contempla os trabalhos de Fernandes, Chaianov, shenin, Kautsky e Lênin entre as principais referências, e “[...] têm como principais elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social

geradas pelo desenvolvimento do capitalismo [...]”. (FERNANDES, 2009, p. 11). Fernandes analisa as conflitualidades a partir da análise dos dois territórios:

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. [...]. (FERNANDES, 2009, p. 6).

O campo da educação do campo, é um campo da diversidade de cultura, de produção de conhecimentos, de realidades, de produção da existência humana, da produção da vida, da diversificação da produção pelo policultivo, da agroecologia em contraposição as monoculturas do agronegócio e do uso abusivo de agrotóxicos despejados na natureza, por isso o campo da educação do campo não é um campo dado, é disputado. Podemos entender esse projeto do capitalismo agrário na afirmação de Fernandes:

[...] Para o PCA, as críticas ao capitalismo não ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir dos modelos do modo de produção capitalista. Assim predominam estudos em que as referências são somente as relações capitalistas. As perspectivas de modernização são para atingir modelos do sistema para as empresas, mercados, tecnologias e outras políticas tendo como referência a reprodução das relações capitalistas. [...]. (FERNANDES, 2008, p. 14).

A Educação do Campo no sentido ao qual vamos discorrendo desde o princípio, nega a proposta de trabalhar com o camponês no sentido de subordiná-lo ainda mais e de forma direta ao modelo capitalista. A educação do campo não visa integrar o camponês ao capital, pelo viés neoliberal do empreendedorismo, “[...] é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. (MÉZÁROS, 2005, p.27), e um modelo de sociedade diferente. E então percebemos o potencial que tem a educação mesmo que na atualidade é desigual a relação com os aparatos de controle do estado e da mídia nas mãos da classe dominante, que exalta o modelo capitalistas como única alternativa da sociedade, e que todas as demais propostas forma meras idealizações de socialistas utópicos e que as poucas experiências diferenciadas

fracassam ou se tornaram nações de ditadores. O papel da educação é fundamental para intervir nessa realidade em que estamos vivenciando:

[...] a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. [...]. (MÉZÁROS, 2005, p. 45)

Quando pensamos criticamente como o sistema educacional formal tem moldado o pensamento e para, além disso, como a forma de gestão tem massacrado os educadores (as), educandos (as), com a aplicação de formas de organizar os tempos e espaços escolares, bem como as formas de relação escola e comunidade sempre na condição de subalternidade das relações. A comunidade serve para ajudar nas promoções que visam lucros a escola, para concertar o prédio ou avaliar aquilo que já foi pensado pelos gestores. Na concepção de educação do campo a escola é a comunidade, e que tudo deve estar relacionado com a práxis docente e de gestão. O espaço escola, prédio é o local onde formaliza a relação de apropriação do conhecimento, de trocas de conhecimentos e da construção do conhecimento. Na concepção da educação do campo, esse conhecimento tem que propiciar ao conjunto dos educandos(as), condições de serem sujeitos, críticos, autônomos, para ter orgulho de ser camponês, para saber trabalhar solidariamente, coletivamente, que se reconheça enquanto classe camponesa, que entenda que a sua cultura e seu modo de vida são cruciais para a continuidade da reprodução do campesinato, que a luta só de de forma coletiva e numa perspectiva de buscar junto as instancias dos entes-federados, condições de melhorar a qualidade de vida e que a escola seja, elemento fundamental no desvelamento das contradições do capitalismo. A escola do campo não vai fazer as transformações que esperamos na sociedade, mas com certeza se de fato trabalhar na perspectiva da concepção de educação do campo será um elemento crucial na busca de hegemonia da classe trabalhadora, no sair do comodismo de esperar que alguém faça pro nós. Na busca por um modelo de desenvolvimento camponês articulado a um projeto de nação democrática e popular, sempre buscando criar laços dos trabalhadores camponeses com o urbano para superar elementos capitalistas como o atravessador. E para isso, varias alternativa existem: a educação, o cooperativismo, a solidariedade, a construção de espaços de debate coletivos, a participação

nos espaços criados pelo modelo neoliberal, não para avaliar mas para instigar mudanças, como as APMFS, os conselhos escolares, conselho municipal de educação, conselho municipal de desenvolvimento, comitês municipais de educação do campo, comitê estadual de educação do campo, articulação municipal, regional, estadual e nacional de educação do campo, conselho de desenvolvimento territorial, fóruns de educação, enfim de uma gama de espaços criadas na sua grande maioria para avaliar o projeto neoliberal imposto pelo banco mundial aos estados nações, no entanto a nossa crítica tem que ser real, em um mundo real, porque se discordamos temos que lutar para cobrar com esses espaços, ou se não temos força pra isso podemos utilizá-los no que ele tem de bom, que são espaços coletivos que podemos sim colocar nossas idéias, instigar mudanças e a criação de Políticas públicas coerentes com o campo da educação do campo ao qual pensamos e acreditamos, com trabalho, participação e resistência podemos sim ir construindo uma nova hegemonia da classe trabalhadora. O nosso momento histórico nos convida a não ficar olhando para ele, mas de interferir nessa realidade e buscar construir coletivamente gestão, políticas e ações de educação do campo que de fato possam servir de referência a toda sociedade que busca e anseia por condições mais dignas e humanas de vida e de qualidade de vida, com emancipação humana, social e política. Se acreditamos na educação do campo como possibilidade de construir transformação para os camponeses, então a dedicação e a participação nos espaços de debate e pautar aos entes federados e cobrar a efetivação dessas Políticas é o único caminho para avançar, caso contrário ficaremos esperando alguém fazer por nós e esse alguém nós já sabemos, o modelo capitalista trata de criar cursos de educação do campo em diferentes níveis para avançar no seu projeto de dominação e de subordinação da população mundial ao seu projeto hegemônico. Se quisermos superar o estado capitalista temos que acirrar as contradições impostas Por ele mesmo, a educação do campo pode e deve ser um elemento de desvelar e acirrar essas contradições e dialeticamente vamos transformar e fazer história, diferente, com luta, de baixo para cima com hegemonia da classe trabalhadora, com democracia popular. A participação organizada e coletiva em movimentos foi à forma que a classe trabalhadora camponesa encontrou para ser a vanguarda frente ao modelo hegemônico capitalista e fazer a contraposição ao modelo apresentando ou outro projeto de educação, de escola, de homem e de sociedade. Para isso a elevação do nível de consciência para fortalecer a capacidade de leitura do mundo para definição de estratégias articuladas. Apesar das permanentes repressões, é preciso fortalecer os movimentos sociais e a participação ativa das forças políticas de luta popular. Em relação ao avanço da agenda neoliberal de exploração da natureza, sobre as comunidades, lutar pela terra, pela vida biológica, pela organização

econômica, social visando a emancipação humana, política e social dos homens e mulheres trabalhadores (as) a partir do campo. Esses elementos devem ser estratégicos em todos os projetos, programas de governo e de forma mais efetiva, na política pública de Estado de Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

- ANAHIA, Edson, apresentação de monografia em educação do campo, UFPR, 2008, PR.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. (10ª Ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CALDART, R. Salete, III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), realizado em Luziânia, GO, de 2 a 5 de outubro de 2007.
- DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: Severino, Antonio Joaquim; Martins, José de Souza;
- ZALUAR, Alba ET. AL. Sociedade civil e educação. Campinas: Papirus: CEDES; São Paulo: ANDE: ANPED, 1992.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, Octávio. Teorias da globalização. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LINERA, Álvaro G. Teorias do Estado na América Latina Hoje. In: Margem esquerda n. 15. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl, 1818 – 1883. Textos sobre Educação e Ensino / Karl e Friedrich Engels. Tradução de Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2004.
- MÉSZÁROS, István. A Educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.
- RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/ fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SEED, Secretaria de Estado da educação. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. Pedagogia do campo: A serviço de quem? Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

SOUZA, Maria Antonia de. Educação e Movimentos Sociais do Campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SEED, Secretaria de Estado da educação. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

SEED, Secretaria de Estado da educação. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.